

Resultado primário supera meta do ano

Economia - Brasil

ESTADO DE SÃO PAULO

24 DEZ 2003

Até novembro, superávit atingiu R\$ 70,3 bilhões – R\$ 5 bilhões acima do valor fixado para 2003

RENATO ANDRADE

BRASÍLIA – A União, os Estados e os municípios conseguiram superar em novembro em mais de R\$ 5 bilhões a meta de superávit primário fixada pelo governo para todo o ano de 2003. O setor público consolidado fez uma economia para pagamento de juros, o chamado superávit primário, de R\$ 6,3 bilhões – novo recorde para o mês de novembro – elevando para R\$ 70,3 bilhões o saldo acumulado no ano. Ainda assim, as despesas com juros foram praticamente o dobro do valor economizado no período, e a dívida líquida do setor ficou no mesmo patamar de outubro: 57,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Todas as esferas de governo conseguiram registrar superávit primário em novembro. Os governos estaduais e as prefeituras tiveram um saldo positivo de R\$ 1,8 bilhão, e as empresas estatais R\$ 2,3 bilhões, puxado pelo forte desempenho das estatais federais, que contribuíram com R\$ 1,9 bilhão neste resultado. O Tesou-

ro Nacional, o Banco Central e o INSS – o chamado governo central – economizaram no período R\$ 2,2 bilhões. O superávit acumulado pelo setor público de janeiro a novembro correspondeu a 4,94% do PIB.

A meta de superávit fixada pelo governo para 2003, e incluída no novo acordo com o Fundo Monetário International (FMI), é de um superávit de 4,25% do PIB, o que em termos nominais significa uma economia de R\$ 65 bilhões. “A meta será cumprida, com certeza. A margem é razoável, basta não termos em dezembro um déficit superior a R\$ 5,3 bilhões”, disse o chefe-adjunto

do Departamento Econômico (Depec) do Banco Central, Luiz Malan.

Essa sobra acumulada até novembro tende a praticamente desaparecer até o fim do ano. Isso porque a União, os Estados e as prefeituras fecham, tradicionalmente, o mês de dezembro com suas contas no vermelho. O próprio Malan já reconheceu que boa parte da gordura acumulada será consumida devido há alguns fatores sazonais, co-

mo o pagamento do 13º salário e férias ao funcionalismo público. Nos últimos 12 meses, o setor público acumulou um superávit de R\$ 65,6 bilhões, ou 4,24% do PIB.

Juros – Mesmo com todo o esforço fiscal, os gastos com juros de janeiro a novembro desse ano superaram, de longe, o superávit primário acumulado. De acordo com levantamento do BC, o setor público gastou nesses 11 meses R\$ 136,3 bilhões com o pagamento de juros da dívida, o equivalente a 9,59% do PIB. O valor é praticamente o dobro do superávit acumulado no período.

Para Malan, a tendência para 2004 é desses gastos ficarem abaixo dos 10% do PIB. “Apesar de pequena, há uma movimentação de redução destes gastos, já observada em três meses seguidos”, salientou. Considerando os gastos com juros, o setor público fechou novembro com um déficit nominal de R\$ 6,3 bilhões, elevando para R\$ 66 bilhões, ou 4,64% do PIB, o déficit nominal acumulado até agora em 2003.

Dívida – O aperto nas contas proporcionou apenas uma estabilização da dívida líquida do setor público. De outubro a novembro, esse débito subiu para R\$ 905,2 bilhões, permanecendo em termos de porcentual do PIB no mesmo patamar do mês anterior. Uma das justificativas do governo para elevar a meta de superávit este ano para 4,25% do PIB foi a necessidade de estancar o processo de elevação do endividamento público. Essa relação é um dos principais indicadores de vulnerabilidade do País observados pelos analistas.

Para Malan, a estabilização em si, mesmo que em um patamar elevado, já é um fato a ser comemorado. A expectativa do técnico é de que a partir de agora abra-se um processo de redução, gradual e lenta, desse endividamento. “Ele demora a se manifestar mas a tendência é de queda”, disse. A dívida deve fechar o ano vindo cerca de 57,3% do PIB.

Malan reconheceu que o arrocho fiscal traz custos para a economia, mas insistiu que o ajuste é necessário para que o País possa retomar, em base sólidas, o crescimento sustentado. “Não há alternativa. Esse é um consenso não só do governo mas de diversos analistas”, justificou.

SUPERÁVIT CORRESPONDE A 4,94% DO PIB